

Figura 1 Trem na Índia.



Fonte: www.jimbo.co.il.

Introdução

O concurso vestibular é um espelho fiel das distorções e das iniquidades que caracterizam a sociedade brasileira. Sendo seu objetivo precípua selecionar os candidatos mais bem preparados para preencher as poucas vagas oferecidas, não poderia ser outro o resultado. Tal resultado só não é mais desastroso porque a marcada hierarquização das numerosas carreiras oferecidas, determinada pelas expectativas de emprego e remuneração após a conclusão da graduação, abre algum espaço para candidatos menos bem preparados e conformados com um horizonte mais modesto.

Alceu G. de Pinho¹

Nasci, em 1963, de uma família de pai operário e mãe bordadeira, em um bairro também operário (Tatuapé, naquela época, era um bairro operário de fato!), e lá vivi, modestamente, com minha família, até 1967. Após o AI-5, muitas coisas mudaram no Brasil e meu pai, como vários outros colegas operários, foi incentivado a emigrar para os Estados Unidos.

Chegando lá, freqüentei escolas públicas em bairro branco e logo aprendi o inglês padrão. O interessante é que eu não falava na minha própria língua o registro padrão. Foram anos durante os quais pude conhecer muitas coisas e ter acesso a elas, o que jamais teria ocorrido em meu país: habitação confortável, automóvel, telefone, escola, passeios para outros estados e países etc.

Sete anos depois, voltamos ao Brasil, e, assim que chegamos, fui matriculada em uma escola pública de periferia. A partir daí, os meus problemas

¹ PINHO, A. G. Reflexões sobre o papel do concurso vestibular para as universidades públicas. Instituto de Física, USP, abr. 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/pinho_vestibular.pdf#search=%22papel%20do%20vestibular%22>. Acesso em: 16 ago. 2006.

começaram. Foram seis anos de difícil adaptação – da 5ª série ao 3º ano do ensino médio. Meu português, frágil por ter vivido muito tempo fora do Brasil e não padrão (“rurbano”, segundo Bortoni, 2002), dificultava meu progresso na escola. Ao terminar o ensino médio, sonhava em estudar oceanografia. Fiz o vestibular da Fuvest e após os resultados veio uma grande decepção: não fiz mais de 20 pontos na primeira fase... Foi uma vergonha. Sempre fui uma aluna dedicada e estudiosa. Nunca deixei de fazer tarefas, trabalhos de escola e estudava muito para as provas. Por que havia tirado uma nota tão baixa e não fora aprovada nem na primeira fase da Fuvest?

Na época do meu segundo vestibular, meu pai ficou desempregado e doente, e precisei procurar um emprego formal. Tinha 18 anos. Para minha surpresa, não passava em nenhuma prova que os empregadores me davam... Minha educação de ensino público fora tão fraca que não conseguia nem ingressar no mercado de trabalho formal. O que me restava fazer?

Um dia, no auge do desânimo, uma colega da escola me aconselhou a dar aulas de inglês para “os burguesinhos metidos a besta”, já que falava bem o idioma. Então, graças à língua estrangeira, consegui fugir do destino do desemprego e da pobreza. Nesse ínterim, fiz cursinho durante um ano e, em seguida, vestibular para Fuvest. Prestei vestibular nada mais nada menos do que quatro vezes. No segundo ano de tentativas, também fiz vestibular para duas universidades particulares e passei em uma delas. Logo que as aulas começaram, uma professora de Linguística percebeu que havia problemas estruturais em minha educação básica. Foi com sua ajuda que compreendi que, além de não ter estudado no ensino fundamental e médio os conteúdos necessários para o trabalho e para prosseguir meus estudos na universidade, falava um português estigmatizado que não era aceito na comunidade acadêmica, nem no mercado de trabalho formal. Não lia com destreza e escrevia... bem, até entrar na universidade, não havia escrito sequer uma redação na escola pública. Assim que comecei a melhorar minha competência na língua materna, as coisas começaram a melhorar na universidade e, depois de nove anos, finalmente, terminei o curso de Letras, com habilitação em Inglês. Acho que vou ser eternamente ‘a burra da Fuvest’, como os colegas do cursinho chamavam seus concorrentes das escolas públicas.

Consegui chegar a um ensino superior público somente aos 40 anos de idade... e posso afirmar que os caminhos foram os mais tortuosos possíveis, com muito choro, desânimo e sensação de fracasso.

Como eu, milhares de alunos de escolas públicas no Brasil inteiro ainda hoje enfrentam o mesmo problema. Vivemos em um país conhecido pelas desigualdades sociais, no qual a relação de poder e controle de exames, especial-

mente de vestibulares de instituições públicas, se faz notar. A percepção da desigualdade pode ser encontrada no discurso de um adolescente que, como eu, sofre com o fracasso nos vestibulares de instituições públicas. No auge de sua indignação, escreveu uma carta de desabafo para a Comunidade Virtual de Linguagem (CVL).² Alguns trechos estão transcritos abaixo:

Carta do aluno Allan Santos Torelli (anexa; Americana, SP; à Revista Caros)³

Amigos

...No último ano do ensino médio, esse esforço me rendeu uma bolsa de estudo num curso pré-vestibular particular. Foi aí que percebi o “robo” de que fui vítima...

O meu teste de realidade foi o cursinho, foi lá que descobri que não pula-va 2 metros [alusão à entrevista de Samuel Pinheiro Guimarães⁴]. Um aluno que acabou a 3ª série do ensino médio com 9 em Física, 9 em Química e 9 em Matemática não foi capaz de acompanhar as aulas dessas mesmas disciplinas no cursinho do qual foi bolsista. A revolta foi tanta que resolvi abandonar o cursinho antes que cometesse um crime ou ficasse doente. Além dos 11 anos, a escola pública me “robô” o orgulho de ser bom aluno __ que agora sei que não passou de ilusão __ e o sonho que alimentei durante todo o ensino médio: passar no vestibular da Universidade de São Paulo e cursar Medicina.....

O que mais me revolta é que muitos alunos já passaram por isso e muitos ainda passarão, e mesmo assim ninguém faz coisa alguma.....

Allan somente percebeu que o estudo básico que recebeu na escola pública foi precário e de baixa qualidade quando se deparou com o fracasso nos vestibulares públicos. Um outro aluno/candidato, este anônimo, fez o exame de vestibular da Unesp e deixou um recado no meio das cerca de 94 mil provas de português para os examinadores/corretores: “Nem eu nem meus amigos da

.....

² CVL@yahoogroups.com.

³ Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed89/caros_leitores.asp>. Acesso em: 22 maio 2005.

⁴ Samuel Pinheiro Guimarães, em entrevista a esta mesma revista, em junho de 2001, define o ensino público desta forma: “O indivíduo vai chegar no final e não terá o teste da realidade. Imagine uma competição em que, no salto em altura, se coloca uma placa a 80 centímetros do solo e escreve ‘2 metros’. O sujeito vem correndo e pula, pensa: ‘Pulo 2 metros’. Mas não é verdade! É um equívoco, porque se modificam os processos de mensuração e se atribui àquilo um valor que não tem.”

escola pública temos condição de fazer esta prova. Não quero que tenham pena de mim, mas, por favor, façam alguma coisa.”⁵

Como podemos notar, através da carta de Allan, do bilhete do aluno anônimo e de meu próprio histórico, nós somos somente mais um caso de alunos oriundos do ensino público básico excluídos do ensino superior público. Pensamos que, pela educação, podemos promover inclusão, mas o que realmente acontece nos vestibulares de instituições públicas é a exclusão. Se fizermos o levantamento estatístico da proporção do número de alunos que saem da escola pública e o número de alunos que ingressam nas instituições superiores federais, temos, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP,⁶ os seguintes números: em 2004, havia 36.631.322 (91% dos alunos do ensino médio) alunos matriculados no ensino médio público federal, estadual ou municipal contra 3.371.685 (9% dos alunos do ensino médio) nas escolas particulares. Em 2003, segundo Baldijão,⁷ 56% dos alunos que estudavam nas instituições superiores federais advinham das classes A (13%) e B (43%), ou seja, classe média alta,⁸ que provavelmente estudaram em colégio particular. 31% dos alunos das instituições federais vieram da classe média (B ou C).⁹ 13% desses alunos vieram da classe desprivilegiada (D e

.....
⁵ HAMIKN, Simone. **Corretora de provas de vestibular revela como funciona o trabalho**. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/ultnot/2006/01/24/ult798u13519.jhtm>>. Acesso em: 6 fev 2006.

⁶ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar de 2005 Matrículas da Educação Básica**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

⁷ BALDIJÃO, Carlos. **A Proposta de Vagas nas Universidades Federais para Alunos Advindos das Escolas Públicas**. Relatório, set. 2003. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/assessor/vagas.doc>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

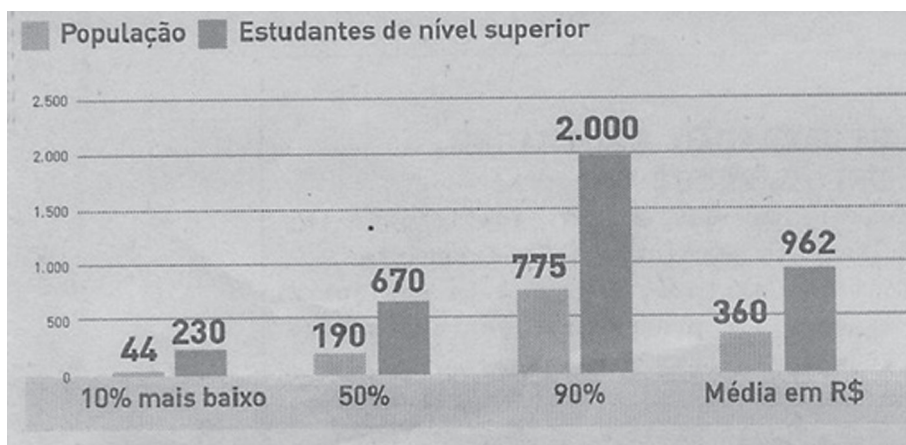
⁸ Este trabalho utilizará a classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP, cujo *site*, acessado em 05 fev. 2006, é: <http://www.abep.org/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf>. A ABEP atribui pontuações em função do grau de instrução do chefe da família, de itens de posse como automóvel, televisores, rádios etc., além da renda familiar. Portanto, o termo ‘classe social’ será usado em relação aos grupos de pessoas que têm certa faixa de renda. Classe média (classes B e C) será, para nós, o grupo que pode pagar até R\$ 250,00 de mensalidade escolar (mensalidade da Escola DP em 2003) e classe média alta (classes A e B), os alunos que podem pagar mensalidades superiores a R\$ 400,00 (mensalidade da Escola DB em 2003). Classe pobre, estigmatizada ou baixa será aquele grupo que não pode pagar uma mensalidade em escola particular.

⁹ Não temos documentos oficiais para precisar quantos desses alunos cursaram escolas particulares ou públicas.

E). Interessante ressaltar que, em 2003, da totalidade dos alunos matriculados no ensino médio, 9% dos adolescentes oriundos de escolas particulares preencheram cerca de 56% das vagas das instituições superiores federais, ao passo que 91% dos que vieram das escolas públicas ficaram somente com 44% dessas vagas, ou seja, uma pequena elite ficou com mais da metade das vagas dessas instituições.

Soares (apud Leitão, 2006, p. 28) comparou os 10% mais pobres da população com os 10% mais pobres que freqüentam a universidade e viu uma enorme diferença de renda. Ou seja, os mais pobres da universidade pública são bem menos pobres que os mais pobres da população. Ele também fez a mesma comparação com os 10% mais ricos da universidade pública e descobriu que eles têm renda superior aos 10% mais ricos da população. Ele também comparou a média de renda da população do país e média de renda da população da universidade e encontrou a mesma diferença. Isso comprova que a universidade pública tem sido privilégio de quem tem mais renda.

Gráfico 1 Renda da população x renda dos estudantes de universidades públicas



Fonte: Gláucio Soares (elaborado com dados de Sergei Soares);
infografia: Gazeta do Povo, 4 mar. 2006.

Os números de 2006 da Comissão Permanente para os vestibulares da Unicamp (Comvest) mostram um panorama sobre a renda dos candidatos aprovados no vestibular um pouco diferente.

Tabela 1 Renda mensal familiar dos candidatos ao vestibular da Unicamp 2006.				
Renda Mensal Familiar	UNICAMP			
	Candidatos		Ingressantes	
	número	%	número	%
1 sm	104	0,2	4	0,1
mais de 1sm a 3 sm	3.507	7,8	127	4,4
mais de 3 sm a 5 sm	6.412	13,9	337	11,6
mais de 5 sm a 10 sm	11.494	24,9	775	26,7
mais de 10 sm a 15 sm	6.885	14,9	476	16,4
mais de 15 sm a 20 sm	6.655	14,4	455	15,7
mais de 20 sm a 30 sm	3.427	7,4	251	8,8
mais de 30 sm a 40 sm	3.206	6,9	207	7,1
mais de 40 sm	1.669	3,6	109	3,8
Em brancos	2.835	6,1	167	5,7

Fonte: <<http://www.convest.unicamp.br/estatisticas/perfil/perfil2006.pdf>>.

Segundo a tabela acima, 58% dos candidatos que ingressaram na Universidade vinham de famílias com renda entre 5 a 20 salários mínimos, ao passo que somente 5.5% dos ingressantes eram oriundos de famílias com salários entre 1 a 5 mínimos. Portanto, se levarmos em consideração a distribuição de renda dos brasileiros que trabalham (Tabela 2), podemos constatar que a maior parcela da população brasileira, 77,1%, tem um rendimento inferior a cinco salários mínimos. Isso nos indica que a maior parte dos jovens oriundos dessa classe ocupa somente 21,9% das vagas da Unicamp, o que vem confirmar as outras pesquisas sobre a renda dos candidatos de baixa renda aprovados em instituições superiores públicas, ou seja, a maior parte da população jovem oriunda da classe desprivilegiada não tem acesso ao ensino superior público gratuito.

Tabela 2 Distribuição das pessoas ocupadas de 10 ou mais por classe de rendimento no trabalho principal – 2004.	
TRABALHO	
Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por classe de rendimento de trabalho	2004 ⁽²⁾
Até 1/2 salário mínimo	9,2
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	18,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	10,1
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10,9
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6,6
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,8
Mais de 20 salários mínimos	0,9
sem rendimento	11,2
sem declaração	1,5

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/>.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

(1) Os resultados de 2001 a 2003 foram retabulados com base nas projeções de população revistas em 2004.

(2) Os resultados de 2004 estão agregando, pela primeira vez, as informações da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Quero ressaltar que o exame de vestibular em si não é o grande vilão dessa história. Um exame *high stakes* (exame de alta relevância), como o do vestibular e quando bem elaborado, poderia e deveria influenciar positivamente o ensino que o precede (ver Capítulo 2) e servir de instrumento para diagnosticar problemas no ensino médio. O que acontece, atualmente, é que ele é usado somente como *gatekeeper*,¹⁰ ou seja, um instrumento que impede a entrada de alunos que não possuem conhecimentos e habilidades exigidas pela instituição. O instrumento, portanto, é subutilizado pelas instituições públicas do ensino fundamental e médio na medida em que sua função diagnóstica, que poderia ajudar a comunidade escolar a compreender o ensino que o precede, é totalmente negligenciada.

Para os jovens que enfrentam a batalha da seleção para ingressar nas universidades, o ano do concurso vestibular é um ano de muito estudo, angústia,

¹⁰ *Gatekeeper*: alguém que controla o acesso a alguma coisa ou a algum lugar, como um leão de chácara que escolhe quem entra a partir de um critério estipulado.

tensão e incertezas, já que a aprovação ou não trará conseqüências profissionais e sociais para o resto de suas vidas. Como ressalta Gimenez (1999, p. 22),

Em nosso contexto educacional, em que o número de vagas nas universidades, principalmente públicas, é muito menor que o número de candidatos, os exames vestibulares são uma etapa decisiva para esses alunos: a aprovação ou não aprovação, nesse caso, tem conseqüências importantes em termos de acesso/não acesso ao nível de 3º grau...

Portanto, os exames vestibulares, para os aspirantes ao ensino superior, são de extrema importância, uma vez que servirão de chave de ingresso às universidades do país e para muitos alunos das classes desprivilegiadas serão a única via de ascensão social. Para as instituições de ensino superior, tais exames têm por objetivo selecionar candidatos com conhecimentos que foram adquiridos nos ensinos fundamental e médio e que certifiquem que eles estão aptos a prosseguir com os estudos no nível superior.

Porém, apesar de os vestibulares serem considerados exames de extrema importância tanto para as instituições de ensino que necessitam selecionar candidatos para seus cursos, como para os candidatos que desejam continuar os estudos no ensino superior, pouco se sabe ainda sobre seu efeito retroativo, ou seja, seu efeito como instrumento redirecionador do curso que o precede. Nos últimos anos, um número crescente de pesquisas para investigar o mecanismo do efeito retroativo de testes de línguas no ensino e aprendizagem tem sido conduzido, principalmente em contextos de Inglês como segunda língua ou língua estrangeira. Existem evidências convincentes sugerindo que exames, especialmente os de *high stake* (alta relevância), exercem efeito retroativo poderoso no ensino e aprendizagem em contextos educacionais diferentes (Andrew; Fullilove, 1993, Burrows, 1999, Cheng, 1998, Scaramucci, 1999b, Watanabe, 1996b).

No Brasil, apesar dos alunos receberem instrução de língua inglesa desde a 5ª série do ensino fundamental até o último ano do ensino médio, ou seja, sete anos de ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira, pouco se sabe se os vestibulares de instituições públicas exercem algum tipo de influência no ensino da disciplina no ensino médio.

Portanto, com base nesses resultados, justifica-se o presente estudo, uma vez que até o momento não há nenhuma investigação sobre o efeito retroativo do exame de vestibular da Universidade Federal do Paraná (doravante UFPR). Não se sabe *se e como* tal exame de vestibular influencia o ensino/aprendizagem no cenário de ensino de língua inglesa no ensino médio do Estado do Paraná.

As poucas pesquisas sobre efeito retroativo existentes no Brasil, assim como minhas inquietações sobre o assunto, levaram-me a estudar o impacto do vestibular da UFPR no ensino da língua inglesa no ensino médio do Paraná. Neste estudo, investigarei se a prova de língua inglesa do vestibular da UFPR exerce alguma influência no ensino médio, e, em caso afirmativo, como e em que circunstância o fenômeno acontece.

1.1 OBJETIVO GERAL

Investigar quais são os efeitos retroativos da prova de língua inglesa do vestibular da Universidade Federal do Paraná no ensino dessa língua em escolas de nível médio públicas e privadas, assim como em cursos pré-vestibulares.

1.2 PERGUNTAS DE PESQUISA

Esta investigação será orientada pelas seguintes perguntas de pesquisa:

1. Há efeito retroativo do exame de inglês do vestibular da UFPR no ensino da língua inglesa em escolas de nível médio? Em caso afirmativo, como se caracteriza esse efeito nas escolas públicas, particulares e cursos pré-vestibulares, instituições que servem às diferentes classes sociais?
2. Se e como os professores e alunos do ensino médio das escolas investigadas percebem a influência da prova de língua inglesa do vestibular da UFPR?
3. Qual a percepção dos elaboradores do exame de língua inglesa do vestibular da UFPR, dos diretores e coordenadores das escolas investigadas e da coordenadora para língua inglesa da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná quanto à influência da prova de inglês no vestibular da UFPR no ensino do inglês no nível médio?
4. Há efeito retroativo da prova de inglês do vestibular da UFPR nos materiais didáticos usados no ensino médio?

1.3 O CONTEXTO DA PESQUISA

O vestibular da UFPR é sem dúvida muito disputado não só pelos candidatos do próprio estado, mas também por candidatos de outros estados, principalmente de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, que também vêm perspectivas promissoras no vestibular dessa instituição. A UFPR, uma

instituição pública e gratuita que ainda luta para manter a qualidade de seu ensino, tem visto aumentar significativamente o número de candidatos para o seu exame vestibular. Além disso, com as novas políticas educacionais implantadas pelos governos estadual e federal,¹¹ um maior número de alunos das classes desprivilegiadas que não chegava ao ensino médio agora está terminando o ensino secundário e também almeja a uma vaga na universidade pública.¹²

Sabe-se, no entanto, que a maior parte dos que são aprovados nas universidades públicas – principalmente nos cursos de prestígio como medicina, direito e engenharia – vem de escolas secundárias particulares, como foi colocado anteriormente. Novas resoluções para facilitar o acesso dos candidatos de escolas públicas ao ensino superior público, como as cotas, não alteraram de forma expressiva esse fato. Sabe-se também que, em geral, o ensino de língua estrangeira nas escolas fundamental e média, pública e particular, ainda é deficiente e as escolas não conseguem habilitar seus alunos a ter uma competência da língua estrangeira adequada para atuar no mercado de trabalho e nem para obter aprovação no exame de vestibular. Por ser o vestibular da UFPR um exame *de alta relevância*, uma investigação sobre o efeito retroativo que tal exame exerce ou possa exercer no ensino que o precede é bastante oportuna.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Para alcançar os objetivos mencionados acima, este trabalho abordou, nesta introdução, o contexto no qual o estudo surgiu, a sua justificativa bem

.....
¹¹ Segundo Beatriz Marques, “[...] no período de 1991 a 1996, o número de alunos no ensino médio cresceu 52 por cento e a política governamental de redução dos padrões de repetência e evasão no ensino fundamental deve empurrar ainda mais esse crescimento por alguns anos. Em 1998, o número de concluintes do ensino médio atingiu a cifra de 1,5 milhão de jovens, total que equivale a dois terços de todo o efetivo discente do ensino superior. Hoje, já são 1,5 milhão de estudantes que todos os anos ficam sem lugar garantido na universidade pública. E os que têm são apenas 11 por cento dos jovens entre 18 e 24 anos.” Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/outras_edicoes/edicoes_especiais/acesso.asp>. Acesso em: 4 fev. 2006.

¹² Segundo o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – Fundepar, em 1990, havia 185.011 alunos matriculados no ensino médio público municipal, estadual e federal. Em 2005, esse número saltou para 484.955 (incluindo educação para jovens e adultos). Veja também “Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio” no *site* <<http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/promed/promed.html>>, acessado em 4 fev. 2006 e “Estratégia do MEC para ampliação e melhoria do ensino médio no site <<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&view=detail&id=399&Itemid=385>>, acessado em 4 fev. 2006.

como seus objetivos. No capítulo 2, uma retrospectiva histórica das concepções de linguagem, abordagem de ensino e avaliação em língua estrangeira é delineada. A seguir, modelos e visões de leitura são brevemente abordados, assim como são apresentados conceitos de validade, confiabilidade e praticidade. Em seguida, o conceito de efeito retroativo é traçado e as pesquisas feitas sobre o fenômeno são apresentadas. No capítulo 3, descreve-se a metodologia desta tese. No capítulo 4, são apresentados os dados, análise e discussão dos documentos oficiais, a análise das provas de inglês do vestibular da UFPR e a visão dos elaboradores do exame de inglês do vestibular da UFPR e da coordenadora de língua inglesa da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. No capítulo 5, apresentam-se os dados, análise e discussão dos três cenários desta investigação: escola pública, escola particular e cursos pré-vestibulares. Finalmente, no capítulo 6, temos a conclusão deste trabalho, bem como sugestões para pesquisas futuras sobre o fenômeno.

